

Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância¹

Feminism and gender in the university: trajectories and tensions of activism

Joana Maria Pedro²

joanapedro@terra.com.br

Resumo. Os estudos universitários tornaram-se, desde o início dos anos oitenta, um lugar privilegiado daquelas pessoas que, desde os anos sessenta e, especialmente, nos anos setenta, militaram nos diversos movimentos sociais que se constituíram no Brasil, fossem eles de luta contra a ditadura, por uma sociedade socialista ou pelo feminismo. As/os jovens militantes daqueles anos ocupam, hoje, cargos no governo, em ONGs e nas universidades – principalmente nas públicas. Trata-se de uma geração que transformou suas experiências em alvo de reflexão. Vários sujeitos que se constituíram naquela experiência de atuação em grupos de esquerda e no feminismo hoje participam, como fundadores ou como atuantes, em Núcleos de Estudos da Mulher, Feministas e/ou de Gênero. Consideram que sua militância não acabou; ao contrário, definem-se como militantes de um outro espaço, no caso o acadêmico. Através de depoimentos orais e de textos da época pretendo, neste texto, observar a trajetória destas pessoas que buscaram espaços de legitimação nas universidades.

Palavras-chave: feminismo, academia, militância.

Abstract. The university studies have become, since the beginning of the eighties, a privileged place for those people who, since the sixties and especially in the seventies, were active in the several social movements that were formed in Brazil either to struggle against the dictatorship, for a socialist society or for feminism. Today the young militants of those years occupy positions in the government, NGOs and universities – mainly in the public ones. This generation transformed its experiences into an object of reflection. Today many subjects who were constituted in that experience of acting in leftist groups and in feminism take part, as founders or activists, in Women's, Feminist or Gender Studies' Centers. They think that their militancy isn't over; on the contrary, they define themselves as militants of another space, in this case the academic one. Through oral statements and texts of that time I intend, in this text, to observe the trajectory of those people who looked for spaces of legitimation in the universities.

Key words: feminism, academy, militancy.

¹ Este texto foi escrito para apresentação na III Jornada de Estudos de Gênero – Feminismo e Gênero na Academia: protagonismos, tensões e perspectivas e do III Encontro de Protagonismo, Educação e Gênero, realizados entre 8 e 31 de março de 2005, em São Leopoldo – RGS, na UNISINOS.

² Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

A trajetória do feminismo no Brasil acompanhou a circulação de publicações, idéias e pessoas, motivadas ora pelo mercado editorial, ora pelos entraves da ditadura militar que se instalou no Brasil entre 1964 e 1985. Assim, enquanto vinham do exterior livros, jornais, panfletos e revistas divulgando o ressurgimento do feminismo, partiam, para o exterior, pessoas exiladas, que travavam contato com estes movimentos.

Aquilo que, inicialmente, era uma contingência aparentemente incontornável – o afastamento destas pessoas das instituições brasileiras –, tornou-se, após a anistia, um debate que envolveu inúmeros grupos. Discutia-se a participação, ou não, nos cargos no Estado, em ONGs – organizações não governamentais, e também nas universidades. Estes espaços de poder passaram, a partir de então, a serem oferecidos para as militantes do movimento. Um destes espaços foi a universidade, certamente refúgio e, muitas vezes, considerado espaço neutro entre a militância e os cargos estatais oferecidos.

Os estudos universitários tornaram-se, desde o início dos anos oitenta, um lugar privilegiado daquelas pessoas que, desde os anos sessenta e, especialmente, nos anos setenta, militaram nos diversos movimentos sociais que se constituíram no Brasil, fossem eles de luta contra a ditadura, por uma sociedade socialista ou pelo feminismo.

Jovens militantes daqueles anos ocupam, hoje, cargos no governo, em ONGs e nas universidades – principalmente nas públicas. Trata-se de uma geração que transformou suas experiências militantes em alvo de reflexão. Vários sujeitos que se constituíram naquela experiência de atuação em grupos de esquerda e no feminismo, hoje participam, como fundadores ou como atuantes, em Núcleos de Estudos da Mulher, Feministas e/ou de Gênero. Consideram que sua militância não acabou; ao contrário, definem-se como militantes de um outro espaço, no caso o acadêmico.

Assim, se nos anos setenta a “missão” era de luta contra a ditadura e por um mundo sem desigualdade – o qual seria conquistado através da manifestação em passeatas, palavras de ordem, panfletagem, grupos de consciência, atuação em bairros e associações –, hoje a “missão” é conquistar “corações e mentes” através do texto científico, da ocupação de espaços de poder acadêmico, do questionamento de verdades estabelecidas, da formação de pesquisadoras e pesquisadores que levem em conta estes questionamentos. Enfim, trata-se de uma prática militante bem antiga: “aparelhamento” dos espaços de poder e constituição de verdades.

A trajetória da inserção dos estudos sobre a mulher, o feminismo e o gênero na universidade pode ser pensada como um espaço de legitimação de conhecimentos contestadores das verdades que se pretendem questionar e, neste sentido, pode ser acompanhada a partir de duas perspectivas: a) uma vitória considerável; b) um espaço de tensão constante e de ameaça.

Os dados deste texto são resultados parciais de uma pesquisa em andamento³. Até o momento, foi possível fazer um grande levantamento de livros, revistas e jornais que divulgaram o feminismo no período de 1964 a 1985. Além disso, foi programada a realização de 40 entrevistas orais com pessoas que possuem entre 50 e 69 anos, assim divididas: 30 com mulheres e dez com homens. Já realizamos 24 entrevistas com mulheres e quatro com homens, que narram como passaram a se identificar com o feminismo, no período em estudo.

Uma vitória considerável

A presença significativa, nos dias atuais – início do século XXI –, das mulheres nas universidades brasileiras, como estudantes de graduação, é um dado que certamente merece ser festejado, especialmente se comparado com épocas anteriores. No final do século XIX e início do XX, as poucas mulheres que conseguiam ser estudantes e obter grau em universidades eram um fato tão raro que mereciam notícias nos jornais de todo o país. Vejamos alguns exemplos: em 1881, os jornais noticiavam a próxima formatura, em Medicina, nos Estados Unidos, de duas mulheres brasileiras: Maria Augusta Generoso Estrella e Josepha Azevedo Felisbela de Oliveira. Em 1888, três mulheres, recém-formadas no curso de Direito em Recife, solicitaram ao Instituto dos Advogados Brasileiros permissão para exercerem a Advocacia e a Magistratura. Em 1890, Anna M. Falcão sustentava, perante a Faculdade de Medicina da Bahia, teses para obtenção do grau de doutora em Medicina. Em 1892, os jornais noticiavam que havia, no Brasil, “seis senhoras médicas”. Em 1902, relatavam que estreava, no Juri de São Paulo, a advogada D. Maria Augusta Saraiva (Pedro, 1994). Nos dias atuais, esta situação mudou muito. As mulheres, que antes eram minoria, hoje ultrapassaram os homens em número de matrículas no ensino superior: o número delas é 12,85% superior ao dos homens (Godinho *et al.*, 2005).

O percurso que desembocou nestes números impressionantes parece ter começado já nos anos 1960, quando uma mudança nas relações de gênero⁴ levou as mulheres a

³ Trata-se de uma pesquisa financiada com bolsa de produtividade e de iniciação científica pelo CNPq, intitulada *Revolução do gênero: apropriações e identificações com o feminismo (1964-1985)*. Agradeço a participação e colaboração de Roselane Neckel, professora que participa da pesquisa, e aos bolsistas: Joana Borges, Maise C. Zucco, Maria Cristina Athayde, Soraia de Mello, Veridiana Bertelli de Oliveira, Juliano M. Silveira e Gabriel Jacomel. Agradeço a revisão da redação feita por Aimerê Araken Machado.

⁴ Esta mudança nas relações de gênero foi proporcionada, entre outras, pela atuação dos diversos feminismos que reapareceram nessa época; pelas possibilidades de separar relações sexuais de procriação, através dos contraceptivos modernos; pela expansão das cidades e dos meios de comunicação; pela intervenção do Estado em políticas de bem-estar social.

buscarem cursos universitários. Para muitas, estes estudos eram apenas uma transição na direção do casamento e dos filhos, o que as levava a interromperem os estudos. Outras, entretanto, retornavam, após terem criado os filhos. Convém lembrar que muitos destes estudos – como acontece ainda hoje – eram feitos nas áreas das ciências humanas, sociais, letras e educação. Não chegava a ser uma grande transgressão. Afinal, mesmo durante a ditadura, a universidade e os espaços de cultura em geral tiveram a hegemonia de um discurso de esquerda. A universidade constituía-se, àquela época, num espaço onde a crítica, apesar da vigilância, ainda era possível. Para as estudantes deste período, o curso de Ciências Sociais, principalmente, era considerado o lugar por excelência onde se iria compreender a “sociedade” e se instrumentalizar com aportes teóricos para uma “missão salvadora da sociedade brasileira”. Para as jovens, a universidade significava, também, o rompimento com “valores e expectativas familiares” (Goldberg, 1989, p. 19-24).

A inserção destas jovens em grupos de esquerda, cuja escolha era muitas vezes realizada em função do lugar de atuação do namorado, exigia, para ser aceita, a adoção de um conjunto de normas que regiam o que falar, o que vestir, o que ler e até como viver. Assim, aquilo que parecia um rompimento com normas estabelecidas, significava, muitas vezes, a adoção de outras exigências e normas (Goldberg, 1989, p. 24). Mesmo as que escolhiam os movimentos de contracultura submetiam-se, para serem aceitas, às normas que constituíam suas identificações com o movimento. Escapavam, assim, das expectativas familiares, cumprindo outras normas oriundas de partidos, grupos e movimentos.

Foi a partir da atuação no movimento estudantil e em partidos de esquerda que muitas destas jovens participaram de grupos clandestinos, sendo, muitas vezes, presas, torturadas, mortas e/ou exiladas. Nesta trajetória, muitas questionaram a divisão sexual da militância, tomaram contato com o feminismo internacional e, principalmente após 1975, com o Ano Internacional da Mulher, foram para grupos de mulheres ou feministas com a “missão” de aparelhar estes grupos. Acabaram por se tornar “verdadeiramente” feministas, mesmo que não fosse esta a intenção inicial quando se agregaram a estes movimentos.

Trajetórias como estas podem ser encontradas na narrativa que Eleonora Menicucci de Oliveira faz, da maneira como ela se tornou feminista. De acordo com seu relato, foi inicialmente membro do Partido Comunista Brasileiro e, depois, de suas dissidências; inicialmente da POLOP – Política Operária, e depois da POC – Partido Operário Comunista. Foi, portanto, membro de um grupo clandestino; presa, constatou que sua tortura era diferente daquela que sofria seu companheiro. Era somente diante dela que os torturadores aplicavam choques elétricos em sua filha de um ano e dez meses. Este tipo de tortura não era feito

diante do pai da menina, que também estava preso. Foi neste instante que se tornou feminista, ao constatar a importância que a maternidade tinha para a mulher e para qualquer instância de poder.

Por sua vez, Eulália Azevedo (2004) narra que se tornou feminista quando militava no PC do B – Partido Comunista do Brasil, na Bahia, quando este ainda era clandestino. Depois, na UFBA – Universidade Federal da Bahia, passou a atuar no NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher –, criado em 1983. O percurso de sua trajetória foi, portanto, de militante de partido de esquerda para o de participante de Núcleo de Estudos sediado em universidade.

Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, conhecida como “Santinha”, conta que participou do CMB – Centro da Mulher Brasileira, com outras colegas, estimulada pelo Partido Comunista. Foi para o movimento feminista “para ganhar a cabeça das pessoas pra entrar no Partido Comunista” e, aí, de acordo com ela, o movimento “ganhou minha cabeça”. No seu depoimento fica, então, explicitada a tentativa de aparelhamento do movimento feminista pelo PCB, no Rio de Janeiro. Ela mesma é quem confessa ter ido para o movimento para trazer mulheres para o partido. Hoje, trabalha no Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, envolvida com atendimento às mulheres e com ONGs. Sua trajetória é, então, de militante de partido político para feminista atuante, atualmente ocupando cargo no Estado e trabalhando com ONGs.

Trajetória diversa seguiu Maria Lúcia de Barros Mott. Esta fez parte, desde o final dos anos sessenta, de grupos de contracultura, adotando trajes, modos de vida, discursos compatíveis com as normas destes. Afrontava a família e transgredia todas as expectativas que esta fazia em relação a ela. Nos anos oitenta, passou a trabalhar em projetos da Fundação Carlos Chagas, tornando-se feminista. Hoje, escritora e pesquisadora, atua nos meios acadêmicos.

Na narrativa de muitas mulheres, está presente a participação, atualmente, em órgãos do governo, em ONGs, mas principalmente em núcleos de estudos sediados em universidades. Estes núcleos passaram a ser organizados já no início dos anos 1980. Em 1980, por exemplo, foi criado o Núcleo de Estudos Sobre a Mulher na PUC/SP, por iniciativa de Fanny Tabak. Em 1981, surgia, na Universidade Federal do Ceará, o NEDIM – Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher. Ainda em 1973, Zahidé Machado ministrou o curso “Família e relações entre sexos” na Universidade Federal da Bahia (Costa e Sardenberg, 1994). A pioneira atuação de Zahidé está presente no depoimento informal de pessoas que hoje discutem feminismo e relações de gênero. Alda Motta, uma de nossas entrevistadas, narra que se tornou feminista graças, entre outras coisas, à orientação de pesquisa de Zahidé.

O que se vai observar, a partir dos anos 80, é, então, a proliferação destes Núcleos e Centros de Estudos com diversas denominações, tais como: Estudos ou Núcleos da Mulher, Feministas ou, mais tarde, de Gênero. Pesquisas realizadas na década de 90 apontavam a existência de quase 150 núcleos (Costa e Sardenberg, 1994, p. 389) de estudos sediados em universidades. A pesquisa de Miriam Grossi (1997) constatou, em 1997, a existência de 147 destes núcleos.

Estes núcleos congregavam – e congregam ainda hoje – pesquisadoras e professoras que já desenvolviam estudos de forma isolada. Costumam ser locais de troca de experiência, intercâmbio de documentação e discussão teórica. Não possuem um modelo-padrão: em cada lugar assumem formas as mais diversas. Nas universidades federais, a dedicação exclusiva permite maior facilidade de reunir pesquisadoras; entretanto, nas particulares estes são também bastante numerosos.

Núcleos e Estudos da Mulher, Feministas ou de Gênero constituem-se, no Brasil, mas não somente aqui, em lugares de produção de conhecimentos. Nos Estados Unidos, por exemplo, os “Women’s Studies” tiveram inspiração nos grupos de autoconsciência. Estes estudos somente se consolidaram em espaços acadêmicos, quando mulheres, sensibilizadas pelos grupos de “autoconsciência, formadas por cursos e seminários oferecidos por feministas pioneiras, ao se profissionalizarem, passaram a se dedicar à investigação.” Para muitas, a tomada de consciência de uma opressão que era comum a todas as mulheres permitiu questionar “o campo dos saberes e poderes constituídos e legitimados academicamente, sobretudo no campo das Ciências Sociais e Humanas”. Estas pesquisadoras passaram a refletir sobre suas próprias vivências, suas trajetórias, percebendo as diferenças de suas experiências. Foi desta maneira que se tornaram produtoras de conhecimento. Deixaram de ser objetos de pesquisa e passaram a questionar os conhecimentos legitimados, demonstrando como eram “sexistas, racistas e etnocêntricos”, em geral produzidos por “indivíduos do sexo masculino, de raça branca, e originários de certas sociedades ocidentais” (Goldberg, 1989, p. 11-12).

Para muitas, o engajamento nos Núcleos de Estudos significava e significa a continuidade do engajamento militante, que haviam experimentado nos movimentos sociais nos quais haviam atuado. Na academia, tentam interferir, através de problemáticas inovadoras, questionando os pressupostos das disciplinas onde atuam. Esta atuação, entretanto, nunca é tranqüila. Joan Scott (1992), por exemplo, falando da Associação de Historiadores nos Estados Unidos, lembra as dificuldades que as historiadoras que trabalhavam em pesquisa de História das Mulheres tiveram para que sua investigação fosse considerada um conhecimento legítimo. Por outro lado, esta autora também

lembra que, no campo feminista, para muitas militantes, a utilização da categoria “gênero” foi considerada uma forma de despolitização do campo. Para esta autora, assim como para muitas pessoas que atuam na academia, a pesquisa e a reflexão com a utilização da categoria de análise gênero, constituem uma forma de também fazer política: neste caso, no campo acadêmico.

Também entendem que estão fazendo política ao atuar no campo acadêmico 14 das 24 mulheres que entrevistamos na pesquisa. São elas: Alda Motta, Cecília Sardenberg, Eleonora Menicucci de Oliveira, Eva Blay, Heleieth Saffioti, Lourdes Bandeira, Luzia Margareth Rago, Maria José Pereira Rocha, Maria Lucia de Barros Mott, Maria Odila Leite da Silva Dias, Rachel Soihet, Sandra Azeredo, Silvia Pimentel, Suely Gomes Costa. Algumas fazem dupla militância: atuam nas universidades em grupos e núcleos feministas e/ou de gênero e também em ONGs; este é o caso de Eleonora Menicucci de Oliveira e de Silvia Pimentel.

Ainda em relação a espaços acadêmicos que foram sendo ocupados, convém destacar que, em 1979, foi criado o Grupo de Trabalho Mulher e Força de Trabalho na ANPOCS e, em 1980, um GT – Grupo de Trabalho Mulher e Política. Outras associações científicas, como a ANPED, ABA, ABEP, ANPUH, ABRALIC, ABET, ABRAPSO e ANPOL, criaram GTs de Estudos da Mulher e/ou de Gênero. A partir de 1978, os concursos da Fundação Carlos Chagas trouxeram aportes de recursos financeiros importantes para estes estudos e pesquisas (Costa e Sardenberg, 1994, 390-391).

A Fundação Carlos Chagas, que no início dos anos sessenta se dedicava à elaboração de provas de vestibulares e concursos em geral, tornou-se, a partir de 1971, um local de pesquisas educacionais e sociais. No início da década de setenta, foi aí constituído, informalmente, um Coletivo de Pesquisas sobre a Mulher. Em 1978, apresentaram uma proposta de Programa de Estudos sobre Mulher, Educação e Trabalho para a Fundação Ford e obtiveram recursos que, a partir de então, passaram a financiar pesquisas e ações que mudaram significativamente o campo de estudos sobre mulher, mulheres, feminismo e Relações de gênero. A partir de 1990, a Fundação Carlos Chagas passou também a coordenar os concursos de pesquisa que envolviam recursos da Fundação Mac Arthur. Estes foram destinados para o PRODIR – Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe (Sorj, 2004, p. 120-136).

Estes programas formaram uma quantidade significativa de pesquisadoras e pesquisadores. Entre as 24 mulheres que entrevistamos, três participaram ativamente das ações da Fundação Carlos Chagas; foram elas: Maria Odila Leite da Silva Dias, Luzia Margareth Rago e Maria

Lucia de Barros Mott. Além delas, outras pesquisadoras formadas pela Fundação Carlos Chagas estão hoje integradas a diversas universidades, constituem ou integram núcleos de estudos e pesquisas em diferentes disciplinas, ampliando, ainda mais, o campo de estudos. Convém, entretanto, lembrar que este percurso não foi realizado sem tensões, conflitos e dificuldades.

Um espaço de tensão constante e ameaça

A chamada “Segunda Onda Feminista”⁵ – surgida depois da Segunda Guerra Mundial, a qual deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado, e na qual uma das importantes palavras de ordem era: “O privado é político” – esteve presente no Brasil especialmente nos anos 1970. Este feminismo chegou, nos anos oitenta, a um impasse: manter a militância envolvida em atividades como manifestações, militância direta junto às camadas populares e formação de grupos de consciência, ou então participar do governo recém saído da ditadura. O debate da época era, então, como manter a autonomia, tão cara ao feminismo dos anos setenta (Miguel, 1988); como manter ativa a militância; enfim, como levar adiante todo um trabalho de transformação cultural da sociedade, se as militantes passavam a participar de cargos dentro do governo que as chamava? Aquilo que, para algumas, era o fim das atividades políticas e do feminismo era, para outras, a possibilidade de encontrar novos espaços de interferência para a mudança da sociedade e/ou para buscar alternativas individuais de carreiras.

Os múltiplos feminismos que, nos anos 1980, viam chegar ao fim os grupos de consciência, as atuações nos movimentos de bairro, as manifestações mais fortes contra a violência, viam, agora, mulheres de classe média, intelectualizadas, com nível superior de escolaridade, algumas profissionais liberais, definirem novos percursos. Aos olhos de muitas, apesar dos grandes congressos feministas, que reuniam muita gente e que, a cada ano, cresciam em número, ocorria, ao mesmo tempo e proporcionalmente, o desaparecimento do ativismo militante. No feminismo, a impressão que se tinha era de que o movimento se dispersava. Era como se tudo fosse desaparecer. Para muitas feministas, aquele parecia um momento de desilusão: afinal, haviam apostado numa sociedade sem autoritarismo, sem hierarquia e sem discriminação; entretanto, várias companheiras estavam ocupando cargos no Estado, em ONGs e na academia, o que parecia contrariar todo um ideário de solidariedade e de autonomia que havia acompanhado as atividades até então.

Esta avaliação, entretanto, não era aceita por todas. Várias argumentavam que a tal solidariedade de que se falava nunca tinha existido dentro do feminismo: havia uma hierarquia que definia quem era e quem não era feminista “histórica”, cujo perfil era ter sido exilada e/ou ter participado da organização do CMB – Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, em 1975. Muitas destas “históricas” eram acusadas de se considerarem donas “dos grupos” que organizavam (Miguel, 1988). Além disso, afirmavam que a autonomia, que tanto faziam questão de manter em relação ao Estado, só tinha ocorrido no Brasil quando o país vivia a época de repressão política. Mesmo assim, durante este período, principalmente a partir de 1975, quando a ONU definiu que aquele seria o Ano Internacional das Mulheres, e inaugurava, naquele ano, a década da mulher, o movimento feminista tornou-se um “lugar abrigado” para a participação política dos grupos de esquerda que atuavam na clandestinidade. Desta forma, a tão propalada autonomia era tão-somente em relação ao Estado, pois os vários grupos feministas tornaram-se “aparelhos” de diversos grupos políticos. Este foi, por exemplo, o caso do CMB – Centro da Mulher Brasileira, que, no Rio de Janeiro, era controlado pelo PCB – Partido Comunista Brasileiro (Goldberg, 1989).

No embate que se seguiu ao fim da ditadura entre ser ou não “cooptadas pelo Estado”, muitas mulheres foram para as ONGs – organizações não governamentais e também para as universidades. Convém lembrar que muitas mulheres exiladas – seja como militantes de esquerda, seja como familiares de militante –, além de entrarem em contato, no exterior, com o feminismo internacional, empenharam-se em obter diplomas formais de ensino superior: graduação, mestrado e doutorado. Foi isto que fez Danda Prado quando foi para a França. Ao se exilar, fez seu doutorado, orientado por Andree Michel. Outras buscaram, dentro do próprio país, sua formação, tentando, muitas delas, fazer uma reflexão sobre sua experiência nos movimentos dos quais tinham participado. Este foi o caso de Anette Goldberg, que, voltando ao país em 1978, foi fazer mestrado na USP – Universidade de São Paulo, na área de Sociologia (Goldberg, 1989), e mais tarde fez doutorado na França; e de Sônia Malheiros Miguel, que foi fazer mestrado, também em sociologia, na UFSC. Para ambas, a experiência de contato com o movimento de mulheres e feminista era o objeto central de suas reflexões sociológicas.

Por outro lado, também ocorreu de serem os estudos universitários os estimuladores da constituição de mulheres como feministas. Entre as 24 mulheres entrevistadas na pesquisa, sete delas (Alda Britto Motta, Eva Alterman Blay, Heleieth Yara Bongiovani Saffioti, Luzia Margareth Rago, Maria José Pereira Rocha, Rachel Soihet e Silvia Pimentel)

⁵ A chamada “Primeira Onda Feminista” caracterizou-se pela reivindicação de direitos políticos – como o de votar e ser eleita (Hirata, 2000, p. 125-130).

disseram ter se identificado com o feminismo a partir do estudo que realizaram na pós-graduação, tendo como tema as questões da mulher.

Por que a universidade tornou-se o grande espaço do feminismo dos anos setenta? Talvez, por ser este o lugar onde se encontrava a maior resistência ao governo militar, ela tenha parecido, para muitas, um lugar muito mais legitimado de atuação do que os postos no Estado recém-democratizado que lhes eram oferecidos. Mesmo assim, convém lembrar que esta entrada não foi fácil: para muitas pessoas da universidade, as mulheres que compunham estes diversos núcleos de estudos, que se formaram desde os anos oitenta, eram consideradas “apenas” feministas, portanto sem qualificações acadêmicas; para as feministas que continuavam no movimento, estas mesmas mulheres eram desqualificadas como “acadêmicas”. Ainda hoje, esta tensão permanece. Recentemente, participei da eleição de duas colegas que se candidataram para a direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, e uma das acusações que se fazia era a de que elas eram “feministas”, como se isso fosse um defeito. Por outro lado, ao ser apresentada, recentemente, num evento que reunia inúmeras feministas históricas, fui identificada como “apenas acadêmica”, como se fosse necessário pedir desculpas por isso.

Convém destacar, ainda, que a quantidade e variedade destes Núcleos de Estudos da Mulher/Mulheres, do Feminismo e do Gênero, que continuam existindo e se ampliando nas universidades, podem estar formando um “gueto” na academia. Embora sejam, muitos deles, interdisciplinares e estejam construindo conhecimentos importantes, questionamentos instigantes e, muitas vezes, ajudando a revolucionar a teoria com novas categorias de análise, as contribuições que apresentam têm grande dificuldade de extrapolar os muros da academia em geral e destes núcleos de estudos em particular. Mesmo dentro das universidades, poucas áreas de conhecimento utilizam, em suas análises, os conhecimentos produzidos por estas pesquisas. Ou seja, estes conhecimentos ainda são pouco divulgados no Brasil. Fora dos núcleos, dos estudos, das disciplinas especializadas e das linhas de pesquisa voltadas para estas questões, bem pouco é incorporado. É como se tudo que se refere a este campo fosse deixado para as “especialistas”. Assim, apesar do crescimento destes estudos, falar, nas universidades, de mulheres, feminismo e gênero é, muitas vezes, despertar risinhos, como se fosse um pecaço do qual se devesse falar baixinho. Ou seja, persistem os preconceitos.

O apego aos estudos clássicos, o conservadorismo acadêmico, a manutenção de métodos e conhecimentos legitimados há muito tempo, certamente, estão impedindo que diversas disciplinas incluam os conhecimentos e aportes

teóricos que os estudos feministas e de gênero têm apresentado (Adelman, 2003). O risco que se corre é de que estas contribuições, que são tão ricas em questionamentos, mantenham-se nos “guetos”, como se reproduzissem os antigos grupos de reflexão e conscientização que fizeram tanto sucesso nos anos 70 e 80, mas que possuíam o limite de não conseguir incluir muitas novas adeptas.

Assim, todo aquele panorama otimista tratado no início deste artigo, mostrando a participação significativa das mulheres na universidade, chegando a ser, atualmente, superior à dos homens, dilui-se bastante diante de várias dificuldades que se podem constatar. E, antes que possamos considerar qualquer batalha vencida, é bom lembrar que grande parte das matrículas de mulheres, que extrapolam, em número, às dos homens, continua sendo em Ciências Humanas, Sociais, Letras e Pedagogia, como 30 anos atrás. As áreas de Ciências Exatas continuam sendo espaços masculinos, em que poucas mulheres se aventuram. E mais: apesar do grande ingresso das mulheres nas universidades e do aumento significativo de anos de estudos em relação aos homens, elas continuam tendo rendimentos salariais significativamente menores. Por exemplo: o rendimento médio de quem estuda 11 anos ou mais é diferenciado entre homens e mulheres. Enquanto homens recebem em média R\$ 999,00, as mulheres recebem R\$ 695,00 (Godinho, 2005). Isto significa que, mesmo buscando mais tempo de estudo, as mulheres continuam recebendo menos que os homens, uma vez que não ocupam, nos diferentes lugares, os postos mais bem remunerados. O teto invisível continua existindo.

Na academia, apesar do número superior de matrículas na graduação, do crescimento na pós-graduação e do grande número de professoras, os cargos continuam, em sua maioria, sendo ocupados por homens. Além disso, o conhecimento produzido nos núcleos de estudos mantém, em muitos casos, a prática de falar sobre mulheres e gênero para mulheres. Certamente, é preciso haver mais empenho para sair do “gueto” e quebrar o “teto invisível”, tanto dentro das universidades quanto fora delas.

Referências

- ADELMAN, M. 2003. Das margens para o centro: refletindo sobre a teoria feminista e a sociologia acadêmica. *Revista Estudos Feministas*, 11(1):286.
- COSTA, A. A. A. e SARDENBERG, C. M. B. 1994. Teoria e práxis feminista na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista Estudos Feministas*, número especial.
- GODINHO, T. et al. (orgs.). 2005. *Trajetória da mulher na educação brasileira: 1996-2003*. Brasília, INEP.
- GOLDBERG, A. 1989. Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom

- para o Brasil". In: *Relações sociais de gênero X relações de sexo*. Departamento de Sociologia – Área de Pós-Graduação. Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero.
- GROSSI, M. s/d. Feministas históricas e novas feministas no Brasil. *Antropologia em Primeira Mão*, 28.
- HIRATA, H. et al. 2000. *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris, Presses Universitaires de France.
- MIGUEL, S. M. 1988. *Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro*. Florianópolis, SC. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina, 112 p.
- PEDRO, J. M. 1994. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis, Ed. UFSC.
- SCOTT, J. 1992. História das mulheres. In: P. BURKE (org.), *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, UESP, p. 63-96.
- SORJ, B. 2004. Estudos de gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país. In: A. de O. COSTA; A. M. MARTINS e M. L. P. B. FRANCO (orgs.), *Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas*. São Paulo, Annablume.

Entrevistas citadas:

1. Alda Britto Motta nasceu em 1931, mora em Salvador, Bahia. Hoje, atua no NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher, na Universidade Federal da Bahia.
2. Analba Brasão Teixeira nasceu em 1960; mora em Natal, Rio Grande do Norte. Hoje, atua em ONGs feministas e no movimento negro.
3. Cecília Maria Bacellar Sardenberg nasceu em 1948, mora em Salvador, Bahia. Hoje, atua no NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher, na Universidade Federal da Bahia.
4. Danda Prado – Yolanda Cerquinho da Silva Prado nasceu em 1929; mora em São Paulo. Hoje, é presidente da Editora Brasiliense.
5. Eleonora Menicucci de Oliveira nasceu em 1944; mora em São Paulo. Hoje, é Professora de Ciências Humanas em Saúde da Universidade Federal de São Paulo. Atua, também, em ONGs.
6. Eulália Azevedo nasceu em 1945, mora em Salvador, Bahia. Hoje, participa do NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher, na Universidade Federal da Bahia.
7. Eva Alterman Blay nasceu em 1937; mora em São Paulo. Hoje, é professora da USP – Universidade de São Paulo, e dirige o NEMGE – Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, nesta mesma Universidade.
8. Heleieth Yara Bongiovani Saffioti nasceu em 1934; mora em São Paulo. Hoje, é professora da PUC/SP e desenvolve pesquisa sobre gênero e violência.

9. Inês Castilhos nasceu em 1947 e mora em São Paulo. Hoje, é jornalista e cineasta.

10. Lourdes Bandeira nasceu em 1950; mora em Brasília. Hoje, é Professora de Sociologia na Universidade de Brasília.

11. Luzia Margareth Rago mora São Paulo. Hoje, é professora da Unicamp onde pesquisa gênero, feminismo e anarquismo.

12. Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, conhecida como “Santinha”, mora no Rio de Janeiro. Hoje, trabalha no Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro e em ONGs.

13. Maria Amélia de Almeida Teles nasceu em 1944; mora em São Paulo e coordena uma ONG.

14. Maria José Pereira Rocha nasceu em 1955; mora em Goiânia, GO. Hoje, é professora da UCG – Universidade Católica de Goiás em Goiânia, e participa do PIM – Programa Interdisciplinar da Mulher.

15. Maria Lucia de Barros Mott nasceu em 1948 e mora em São Paulo. Hoje, é pesquisadora do Instituto de Saúde – CCTIES/SES, atuando no Núcleo de Investigação em Memória e Saúde.

16. Maria Odila Leite da Silva Dias nasceu em 1940 e mora em São Paulo. Hoje, é professora da PUC/SP.

17. Maria Risolette Fernandes nasceu em 1949 e mora em Natal – RN. Hoje, atua no Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte.

18. Moema Eulália Toscano nasceu no Rio Grande do Sul e mora no Rio de Janeiro. Atualmente, é professora universitária aposentada.

19. Nalu Faria Silva nasceu em 1958 e mora em São Paulo. Hoje, é coordenadora da SOF – Sempre Viva Organização Feminista.

20. Rachel Soihet nasceu 1938 e mora em Niterói – RJ. Hoje, é professora aposentada da Universidade Federal Fluminense e atua em núcleos e grupos de pesquisa ligados ao gênero.

21. Sandra Maria da Mata Azeredo nasceu em 1946 e mora em Belo Horizonte – MG. É professora da Universidade Federal de Minas Gerais.

22. Silvia Pimentel nasceu em 1940 e mora em São Paulo. Hoje, é professora de Direito da PUC/SP e representante do Brasil na CEDAW – Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women.

23. Sonia Malheiros Miguel nasceu em 1955 e mora em Brasília – DF. Hoje, é diretora de programas da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

24. Suely Gomes Costa nasceu em 1938 e mora em Niterói – RJ. Hoje, é Professora aposentada do Serviço Social da Universidade Federal Fluminense.